



# 2

## SINTESE DOS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

PARTE INTEGRANTE DO ANEXO I - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA  
LEI DO PLANO DIRETOR DE ARAPONGAS

## **2.1 CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS**

### **2.1.1 ASPECTOS REGIONAIS**

O município de Arapongas está situado numa região socioeconômica muito forte e com bons níveis de infraestrutura. Possui ligações rodoviárias e aérea que facilitam o deslocamento de mercadorias e pessoas.

### **2.1.2 AMBIENTAIS**

#### **a) MUNICÍPIO**

Apresenta bons níveis de precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar, relevo favorável à mecanização das lavouras, boa base hídrica (pequenos cursos de água, não navegáveis), solos produtivos e aquífero subterrâneo de grande potencialidade. Ventos dominantes (no sentido leste-oeste e nordeste-sudoeste) condicionam as soluções para atividades urbanas potencialmente poluidoras do ar.

Terrenos aterrados com material nocivo ou perigoso são poucos: o atual aterro sanitário e as antigas erosões que foram aterradas. Maior impacto urbano são áreas de alagamento na cidade e a sensibilidade do solo a erosões.

Mudanças importantes ocorreram nos ecossistemas no Município. Além da modificação da fauna e flora, observam-se outros processos como a perda de produtividade do solo, o desaparecimento progressivo das matas ciliares e o assoreamento de cursos de água, potencializando a diminuição das vazões hídricas.

Dispõe de 2 áreas de matas importantes, totalizando 10,9 hectares. Não há dados quantitativos relativos à presença (ou ausência de matas ciliares).

A criação e implementação de unidades de conservação é incentivada no Paraná pelo mecanismo do ICMS Ecológico, que destina parte dos recursos arrecadados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços aos municípios que abrigam unidades de conservação. Em 2020, Arapongas recebeu R\$ 5.031.925,60.

A Política Municipal de Meio Ambiente está regulada pela Lei Municipal nº 3.231, de 14 de setembro de 2005 onde são estabelecidas as bases normativas da Política Municipal do Meio Ambiente, o Plano Municipal de Proteção do Meio Ambiente, a implantação do Sistema de Cadastro e Informações sobre o Meio Ambiente e a implantação de Sistema de Monitoramento Ambiental e de Controle da Poluição Ambiental. Tais sistemas que nunca foram implantados.

## ÁREA URBANA

Na área urbana o relevo é suave e as declividades de média intensidade ocorrem nas cabeceiras e nascentes de cursos de água. Não há restrições para a expansão urbana.

No que se refere à arborização de vias e praças, Arapongas está bem servida quanto ao serviço de manutenção, plantio, renovação, disponibilidade de equipes e legislação. A melhoria desses itens é desejada e corre no sentido do aprimoramento de situações já existentes.

Durante a elaboração da revisão do Plano Diretor Arapongas finalizou o

Plano de Arborização Urbana, a qual foi aprovada pela Lei Municipal nº 4.898, de 15 de junho de 2020. Inspeção dos técnicos do Plano Diretor realizada em 2019 observou os seguintes problemas: interferência da arborização na fiação da Copel, nos níveis de aclaramento das vias e no trânsito de caminhões e ônibus. A ausência de um inventário sobre arborização de logradouros públicos, falta de tratamentos culturais, má condução da poda, avanço de marquises e letreiros de lojas, posteamento junto com a espécie arbórea são outros exemplos. Ampliação e melhoria do trabalho de manutenção das espécies florestadas em vias urbanas e praças é desejada. O Plano de Arborização estabelece várias condutas técnicas e administrativas a serem obedecidas para melhorar a arborização da cidade.

Afloramento de formações rochosas comparecem na área urbana em área conhecida como “pedreira” localizada ao lado do aterro sanitário.

O avanço da malha urbana sobre as cabeceiras dos cursos de água é o grande desafio ambiental da cidade. Legislação instituída pelo Plano Diretor impede que os lotes parcelados para fins urbanos se aproximem dos cursos de água criando um espaço importante de preservação ambiental. No entanto, ainda permanecem situações do uso do solo para fins de moradias, comércio e serviços em áreas de fundo de vale e que são resultantes de ocupações anteriores à legislação vigente. Exemplo dessa situação é a nascente do ribeirão Bandeirantes do Norte onde há moradias e as instalações do Frigorífico Frigomax e outros cursos de água onde estão a pedreira, o aterro sanitário e o estádio municipal de futebol.

Assim, constituem-se em questões estruturais a serem enfrentadas ou mantidas nos próximos anos:

- a) conscientizar dos agricultores em relação aos problemas oriundos de riscos ambientais (perda de produtividade, erosão, conservação do solo, entre outros);
- b) elaborar e implementar novos projetos de reflorestamento junto aos cursos d'água;
- c) combater ao assoreamento de cursos de água;
- d) minimizar os conflitos entre arborização de vias urbanas, passeios públicos, trânsito e iluminação de vias;

- e) manter os impedimentos legais quanto à urbanização nos fundos de vales, áreas florestadas e cursos de água;
- f) manter e aprimorar o sistema de fiscalização sobre as atividades tipicamente urbanas potencialmente poluentes hídricas;
- g) dar nova destinação para o aterro sanitário e pedreira;
- h) evitar a ocupação do solo nas bacias hídricas de abastecimento de água potável de Arapongas e outros municípios: ribeirão Pirapó, ribeirão Três Bocas e ribeirão Apertados;
- i) afloramento de água no Jardim Palmino Fedrigo;
- j) adquirir e implantar um novo cemitério público em razão do esgotamento das atuais instalações;
- k) retomar as obras de combate à erosão urbana paralisadas.

### 2.1.3 ECONÔMICOS

O diagnóstico das condições de desenvolvimento econômico do Município mostra um quadro favorável em que predominam atividades ligadas ao setor Secundário, respondendo, em média, no período 2007-2019, por 59% do Valor Adicionado municipal.

A população economicamente ativa em 2010 era de 57.754 pessoas, cerca de 55% da população total. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, em 2016, era de R\$ 4.030.758.000 e o PIB *per capita* (R\$ 34.463) era menor que o verificado no Paraná (R\$ 35.726).

Em 2019, Arapongas ofertava 35.321 empregos diretos. Cerca de 40,2% dos empregos formais estavam no setor Secundário, a maior parte (60,4%) no setor madeira e do mobiliário. No período 2006/2019, o número de empregos cresceu 28,4%.

O setor Terciário, em 2019, respondia por 16.576 empregos diretos (ou 47% do total de empregos formais) sendo 22,8% no comércio e os restantes 24,2% na prestação de serviços. Nessa última categoria, são destaques os serviços de Administração Pública Direta e Indireta.

No setor primário as oportunidades de emprego são poucas, representando em 2019, 840 empregos.

Nas sucessivas Administrações Públicas houve um esforço para a industrialização do município e que se traduziu em ações concretas ao longo dos anos e que precisam ser mantidas. Entre elas, a manutenção e ampliação dos cursos de treinamento de mão de obra.

Na área urbana, as primeiras áreas disponibilizadas para o setor Secundário – zona industrial – estão praticamente ocupadas. Novos distritos industriais foram implantados e apresentam-se como possibilidade de ampliação do setor.

Fora do distrito industrial há possibilidades de aglomerar setores industriais, comerciais atacadistas e prestadores de serviço de grande porte junto às rodovias (acesso a Apucarana e Sabáudia). Apresentam bom acesso e energia elétrica disponível.

“Em 2017, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 63 de 399 e 31 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 905 de 5570 e 316 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 362 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 5141 de 5570 dentre as cidades do Brasil”(IBGE, 2019).<sup>1</sup>

#### 2.1.4 DEMOGRÁFICOS

A dinâmica demográfica no período 2000/2010 evidencia um quadro tendencial de aumento de população urbana (2,2% a.a.), queda da população rural (-4,49% a.a.) e aumento da população total (2% a.a.).

Dentre os fatores causais que provocaram essa dinâmica pode-se citar a migração regional para a área urbana de Arapongas, em função da oferta de trabalho e educação e, por outro lado, a fuga de moradores das áreas rurais do município e da região próxima.

De fato, o crescimento demográfico se traduziu em interações socioeconômicas que escaparam ao âmbito estritamente municipal. Mas há outros componentes a serem considerados como a diminuição do tamanho da família e o aumento da expectativa de vida, esse último decorrente do sucesso de políticas públicas.

O Plano Diretor-2018/21 avalia que o tamanho do agrupamento familiar tenderá a se manter nos próximos anos. De outro lado, devido aos avanços obtidos em setores como saúde pública, a tendência de diminuição de população terá como força contrária o aumento da expectativa de vida e a queda nas taxas de mortalidade infantil. Tais questões irão repercutir em todo o conjunto urbano, mas sobretudo nas políticas de saúde, assistência social e educação.

O perfil demográfico mostra que a população é composta fundamentalmente por jovens. Em 2010, cerca de 29.2% da população tinha menos de 19 anos; 14,6% estavam em idade de frequentar o ensino fundamental (entre 5 e 14 anos). Embora numerosa, historicamente percebe-se uma tendência de diminuição da representatividade da população abaixo de 19 anos. No ano 2000, os habitantes na faixa de 0 – 19 anos representavam 35,2% do total da população.

---

<sup>1</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/arapongas/panorama>

Na outra extremidade, na população acima de 65 anos de idade, apresenta-se uma tendência de aumento de representatividade: sai de 6,3% do total, em 1991, para 8,1%, em 2010, valor superior ao índice do Paraná (7,5%). Não há indicativos que mostrem tendência de reversão desse quadro de crescimento da representatividade da população nas faixas etárias mais altas.

Em termos de projeção de população para o horizonte do Plano Diretor (2031), é plausível supor que o aumento da população urbana, havido ao longo das últimas décadas, ainda permaneça e o processo de esvaziamento populacional no campo mantenha seu curso.

Com base nos números apresentados no ano de 2010 o IPARDES projeta para o ano 2031 população total é de 147.251 habitantes. A equipe da Revisão do Plano Diretor estima que 97% desse valor estará na área urbana.

### **A demanda por espaços urbanos**

Mantido o ritmo demográfico que o Plano Diretor prevê para 2031 haverá demanda por localidades urbanas para de absorver entre 26 mil pessoas.

Esse contingente será absorvido na cidade. Adotando-se a hipótese de crescimento da população total e o tamanho médio da família (3,1) a demanda por lotes será de 8.387 imóveis habitacionais.

Visto que Arapongas dispõe de bom número de lotes urbanizados (11 mil lotes) vazios estima-se que não há pressão de demanda sobre o mercado fundiário, embora esse possa ainda manter um ritmo de crescimento na oferta de lotes urbanos.

## **2.2 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES SOCIOESPACIAIS**

Os dados que poderiam nortear uma análise segura do comportamento do mercado de terras na cidade são inexistentes. Todavia, é possível uma aproximação do comportamento da expansão desde que adotados grandes períodos de tempo.

Em 2018, a área urbanizada era de 4.324,5 hectares (sem contar 12 loteamentos irregulares) e 45 mil lotes urbanizados. Esses valores mantêm um padrão de ocupação com distribuição da população em casa térrea e unifamiliar. A verticalização (moradia) apresenta-se em poucos edifícios.

Em 2018, pode-se distinguir alguns vetores de crescimento:

- 1) Leste. Tomando-se como referencial o traçado da rodovia BR 369, a malha urbana ocupa a cabeceira do ribeirão Apertados e tende a seguir ribeirão abaixo, nas duas margens;

- 2) Leste. A vertente de crescimento ocorre ao longo do ribeirão Três Bocas, nas margens, e, especialmente entre o Três Bocas e o córrego Aterro do Caçador;
- 3) Norte/Nordeste. A malha urbana já ocupa toda a cabeceira do ribeirão Bandeirantes do Norte e boa parte do córrego Três Ilhas. O principal vetor de acessibilidade nessa direção é a avenida Gaturano, continuidade da rodovia PR 218, acesso ao município de Sabáudia;
- 4) Sul/Sudeste. Pode-se identificar quatro eixos direcionais: a) A expansão urbana avança nas terras situadas entre a rodovia PR 444 e a Água do Campinho; ao longo do córrego Tabapuana; ao longo do córrego Aimoré; e ao longo da estrada rural 004, situada no espigão dos cursos de água Mantiqueira e Campinho;
- 5) Sul. A malha urbana constitui um núcleo relativamente isolado que acompanha os dois lados do córrego Araruva com acessibilidade facilitada pela estrada rural 207 e pela rodovia BR 369.

Percebe-se que a cidade não se expandiu para norte, nas terras que margeiam os ribeirões Frouxo e Jaçanã e nas terras entre o córrego Coqueiral e Jaçanã. Há projeto do governo paranaense para construção de um contorno leste para a cidade de Arapongas. Com base no histórico dos efeitos de construção de contornos de malhas urbanas no norte do Paraná pode-se vislumbrar para as próximas décadas uma inversão importante do crescimento urbano da cidade em direção ao futuro contorno sul.

Outra forma de expansão urbana com malha urbana não contínua, densidade rarefeita, mas com tendência a se intensificar por loteamentos que, a título de “chácaras de lazer” efetivaram o parcelamento do solo de forma irregular, fora do perímetro urbano sem controle por parte da Administração Pública municipal. Eles somam 115 hectares.

### **Densidade**

Quanto à densidade das áreas urbanas, ela varia entre 5 e 145 hab./ha, esse último no Jardim San Rafael, J. Caravelle e Bela Vista e conjuntos habitacionais Del Condor e Flamingos. Nesses locais a densidade varia de 87 a 145 hab./ha. As maiores densidades não são devidas ao tamanho médio do grupo familiar nem à verticalização das moradias, mas ao reduzido tamanho do lote urbano. Majoritariamente, as densidades agrupam-se no intervalo de 6 a 31 hab./ha, correspondendo a uma ocupação do espaço tendo a moradia unifamiliar como padrão dominante.

De modo geral face à situação atual e projetada para o ano 2028, com esse padrão de densidades populacionais, o atendimento de infraestrutura é satisfatório para o abastecimento de água e energia elétrica, drenagem, pavimentação de vias, arborização. O esgotamento sanitário precisa atender áreas específicas do espaço urbano.

Foge ao padrão da densidade o loteamento Condomínio Residencial Santa Alice II, Gran Residencial Giardino e Residencial Cidade Jardim com pouquíssimos moradores.

### **Uso do solo**

O uso do solo (habitação, comércio, serviços, indústria e APP) distribui-se bem pelas áreas já loteadas. Uso residencial apresenta-se em todos os quadrantes da cidade. O comércio e a prestação de serviços alinham-se ao longo das principais avenidas.

Em virtude da caracterização da economia municipal, o uso industrial é espacialmente atomizado apresentando-se em pontos isolados da malha urbana geralmente ao longo das rodovias.

A presença do aeroporto nas proximidades da área urbanizada condiciona a expansão vertical no setor oeste do sítio urbano. A empresa Nortox (na divisa com o município de Apucarana), o polo da Universidade Unopar, as indústrias Simbal Frigomax e Móveis Vila Rica, o Centro Social Urbano, o aeródromo, o estádio municipal, o cemitério municipal e o antigo barracão do Instituto Brasileiro do Café são as maiores instalações físicas da cidade.

Estudo do uso do solo revela que existem 5 situações:

- a predominância da habitação unifamiliar em toda a área urbana, distribuindo-se em todas as classes de renda;
- a produção de moradia popular pelo Estado, representando cerca de 7% dos lotes existentes;
- a verticalização do espaço para moradia, comércio e serviços;
- os condomínios residenciais fechados;
- os condomínios de chácaras de lazer construídos fora do perímetro urbano e classificados como loteamentos irregulares.

### **Sistema viário**

Em termos gerais, o sistema viário desenhado em malha xadrez não é totalmente hierarquizado, mas apresenta situações onde a hierarquia das vias e dos demais espaços urbanos podem ser percebidos.

A hierarquia estabelece-se a partir das três principais rodovias que adentram a área urbanizada (BR 369, PR 444 e PR 218). As estradas rurais e rodovias que adentram a área urbana têm sequência com vias com dimensionamento reduzido como é o caso da BR 369 que “secciona” a cidade. A PR 444 foi projetada (em área urbana) como contorno da cidade. Ao longo dos anos, como demonstram os vetores de crescimento, a cidade avança fortemente em sua direção. O mesmo ocorre em relação à PR 218, saída para Sabáudia. O governo do Paraná anunciou recentemente o projeto de um contorno leste da cidade cujo trajeto está muito próximo de áreas já

urbanizadas e que poderá induzir o crescimento da cidade para a bacia do ribeirão Apertados (manancial de abastecimento de água potável da cidade de Arapongas).

Arapongas tem um projeto de rede viária definido por ocasião do Plano Diretor-2009. Ele tem conduzido as diretrizes dos novos loteamentos, exceto em algumas situações pontuais. Hoje, a construção de transposições de vales urbanos é uma necessidade premente (ligação Jd. Novo Horizonte com Jd. Santo Antônio; Jd. Centauro II com Morumbi II e Jd. Lisboa Garden com futuro conjunto habitacional Tapajós) e essa tendência se manterá no futuro diante da projeção de crescimento da cidade.

Outra questão importante para Arapongas é a transposição do binômio rodovia BR 369 e ferrovia, todos realizados em nível. A cidade é “seccionada” pelas BR 369 e ferrovia, em cujas proximidades estão os empregos industriais/comerciais. Para a próxima década é preciso realizar os estudos e projetos de transposição em desníveis.

A construção de vias urbanas separando as áreas de preservação permanente (fundos de vale) e áreas urbanizadas é necessidade urgente, de modo a dar continuidade a trechos de vias com essa categoria já construídos.

Com relação às marginais de ferrovia, cabe indicar que a rua Guapiranga, paralela ao eixo da ferrovia, encontra-se interrompida na altura da rua Rabilonga até a rua Tesoura. A continuidade da rua Guapiranga é importante para manter o fluxo viário. A mesma ausência de via marginal de ferrovia ocorre no trecho rua Pica Pau Velho e rua Bonito do Campo.

Nos loteamentos mais antigos, as vias públicas, em geral, têm passeios públicos com dimensões satisfatórias. Mas observam-se impedimentos para o caminhar (pedestre, carrinho de nenê, cadeirante), situações que podem ser resolvidas com atuação firme do setor de fiscalização do Poder Executivo municipal e remoção de algumas espécies arbóreas. Nos loteamentos mais recentes, especialmente aqueles dirigidos para população de baixa renda, observa-se tendência em diminuir as dimensões das vias (passeios e faixa de rolamento) medidas que precisam ser evitadas.

Arapongas dispõe de Plano de Mobilidade Urbana. Ele faz recomendações importantes que interferem no sistema viário. As propostas do Plano precisam ser implementadas.

## HABITAÇÃO

Conforme indica o IBGE, no ano 2010, o total de domicílios particulares permanentes<sup>2</sup> somava 33.148 unidades sendo 32.454 urbanas (97,9%) e 694 rurais (2,1%). Do total de domicílios, um percentual significativo (29,6%) eram moradias alugadas, valor superior à média paranaense (18,8%). A média de moradores, em

---

<sup>2</sup> *Domicílio particular permanente* é o domicílio que foi construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

2010, era de 3,13 moradores/domicílio ocupado. Na zona urbana, 3,09 e na zona rural 3,18.

No ano 2010, conforme Censo IBGE, a faixa salarial predominante nessa classe de domicílios era de 3 a 5 S.M. (27,7%) seguida pela faixa de 5 a 10 S.M. com 21,8%.

Nas áreas situadas no perímetro urbano não há moradias sem infraestrutura (drenagem, pavimentação, abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública). A questão mais crítica em relação à Habitação é vencer a demanda por moradia popular. Há (agosto de 2019) dois projetos para construção de moradias populares em tramitação no Poder Executivo municipal que totalizam 1.279 moradias.

Do ponto de vista dos instrumentos jurídicos, a Lei Municipal nº 3.936, de 8 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação, recriou o Conselho Municipal de Habitação.

O município possui Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), exigido pela legislação federal, realizado em 2011. Todavia, baseou-se em dados do IBGE-2000 por que boa parte dos dados do IBGE-2010 ainda não haviam sido publicados. É recomendável elaborar um novo Plano à luz dos dados do IBGE 2022.

Em face à expressividade do problema da moradia no município a política de habitação popular deverá ser priorizada no Plano Diretor-2018/21.

## **2.3 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES EM SANEAMENTO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **2.3.1 SANEAMENTO**

#### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

A água que abastece a cidade está dentro dos padrões recomendáveis para consumo humano. O abastecimento é feito pela SANEPAR (concessão). A Concessionária estima em 100% de atendimento à população.

Em 2018, a área atendida pela Sanepar totalizava 47.618 unidades abastecidas e 43.133 ligações. Entre 2007 e 2017, o crescimento do consumo total de água em Arapongas foi de 3,8%, inferior, portanto, ao do número de ligações (36,5%). Na classe residencial o crescimento foi de 5% e na classe comercial/serviços um decréscimo de -7%. O destaque foi a classe industrial onde o consumo reduziu - 28,1%. Por conseguinte, o consumo/economias baixou de 158 para 120 m<sup>3</sup>/ano. Na classe residencial, o consumo baixou de 150 m<sup>3</sup>/ano/economia, em 2007, para 114 m<sup>3</sup>/ano/economia, em 2017.

A capacidade das fontes (1.463 m<sup>3</sup>/h) está muito próxima do volume captado (1.300 m<sup>3</sup>/h). A Concessionária tem programado recursos para melhorias do sistema de abastecimento. No futuro, o projeto da Sanepar é obtenção de água no ribeirão Três Bocas, interligando o sistema com a rede de abastecimento da cidade de Rolândia.

O sistema de tratamento é de boa qualidade. Subdivide-se em dois sistemas: ETA 1 (capacidade de 21.000 m<sup>3</sup>/dia) e tratamento direto nos poços. A adução tem funcionado de forma regular. A reservação é composta de 14 locais e atende à demanda atual.

Arapongas não dispõe de Plano Municipal de Saneamento.

Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede de distribuição de água, interligação ao sistema SANEPAR.

### ESGOTAMENTO DOMICILIAR DE ÁGUAS SERVIDAS

O atendimento de esgoto domiciliar pode ser resumido da seguinte maneira:

- a) A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – é responsável pela operação do sistema;
- b) Em 2017, a rede de coleta atendia, aproximadamente, 47% da população;
- c) Há ligações de esgoto na rede de drenagem, porém não há dados quantitativos;
- d) A rede de coleta está em bom estado de operação e conservação;
- e) Há 2 estações de tratamento; **ETE Campinho**, com capacidade para 60 litros/seg. **ETE Bandeirantes do Norte**, com 80 l/seg.
- f) Não há dados e estudos sobre a vazão do corpo receptor, no ponto de despejo do efluente tratado;
- g) Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede coletora de esgotos.

O volume médio de tratamento é de 314.457 m<sup>3</sup>/mês. Todo o esgoto coletado é tratado com 80 % de eficiência no sistema (segundo informes da Sanepar). É preciso eliminar as ligações de água de chuva na rede e as ligações de esgotos na rede de drenagem e expandir a rede coletora para os bairros ainda atendidos para atender 26% da população.

### DRENAGEM

A rede de drenagem está presente em 3.712 ha de área loteada: 432 ha em áreas antigas, com rede de captação subdimensionada, e o restante 3.280 ha, com boa qualidade de rede. A área não atendida soma 298 ha, cerca de 7,5% do total geral.

Em maio de 2019 havia 13 processos erosivos na área urbana. São prioridades as obras de combate a erosão e problemas criados em decorrência das intensas

chuvas de 2016, em especial a obra de canal a céu aberto na nascente do córrego do Veado e no córrego Três Flores, na rua do Pavão.

Não é possível avaliar a qualidade da rede e demais dispositivos de drenagem urbana (dissipadores, poços de visita, boca de lobo, etc.) pois o Poder Executivo municipal não dispõe de cadastro e avaliações rotineiras do sistema. Os trabalhos de manutenção não são preventivos; ocorrem quando há constatação de problemas.

O município necessita de normas técnicas relativas a projetos de drenagem para os novos loteamentos. Dispositivo na Lei de Parcelamento do Solo Urbano exige dos loteadores a construção de rede de drenagem, fato que assegura que o crescimento das áreas urbanas se manterá dentro de padrões de habitabilidade do espaço urbano.

### RESÍDUOS SÓLIDOS

O sistema de coleta e destino final dos resíduos sólidos domiciliares é terceirizado para a empresa SANETRAN (contrato até 2020) exceto a coleta de resíduos dos serviços em saúde cujo destino final é dado por empresa privada contratada.

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos foi elaborado em 2012/13. Em 2017, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o serviço de coleta seletiva era terceirizada, atingia 95% dos domicílios e recolhia 120 quilos/dia.

Os serviços de coleta, transporte gerenciamento do destino final do resíduo sólido convencional estão terceirizados. A quantidade de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) somada aos Resíduos Sólidos Públicos (RPU) atinge 36 ton./ano. Cerca de 3% da população era atendida por coleta diária; 90% por coleta realizada 2 ou 3 vezes/semana.

O lixo coletado é destinado ao aterro cuja vida útil projetada é de 02 anos.

Em 2019, os serviços de varrição, coleta e destino final da varrição estão terceirizados para a empresa ECSAN. Dados de 2017 mostram que ela perfazia 33 km de sarjetas com 5 trabalhadores na coleta e 45 na varrição.

## 2.3.2 INFRAESTRUTURA

### PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

A cidade de Arapongas totaliza cerca de 585 km de vias sendo 557 km de vias pavimentadas (95%), a maioria asfáltica. Não há dados sobre a necessidade de recape asfáltico. As vias a pavimentar sob a responsabilidade do Poder Executivo municipal totalizam 20km, entre elas a rua Ubatuba (acesso ao Piacenza onde há pavimentação em apenas metade da via).

A verificação histórica das vias pavimentadas demonstra que Arapongas conseguiu vencer o déficit que havia desde sua construção nos anos 1970 e providenciou mecanismos legais (Lei de Parcelamento do Solo Urbano) que evitam

que novas áreas urbanas produzidas pelo capital privado e público sejam desprovidas de pavimentação de vias (e também de outras infraestruturas).

O Poder Executivo municipal está aparelhado com recursos humanos para elaborar projetos de pavimentação e recape asfáltico. Para fins de planejamento das ações é importante organizar um cadastro sobre as condições do pavimento.

### ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O abastecimento de energia elétrica atende todas as áreas urbanas e rural com serviços regulares e de boa qualidade. A avaliação histórica do consumo e número de consumidores revela que a Copel sempre atendeu bem o crescimento verificado. O fornecimento de energia não é obstáculo para o crescimento industrial e comercial/serviços e para o abastecimento das unidades residenciais.

A cidade é atendida por iluminação de vias públicas e demais logradouros públicos. Há, no entanto, pequenos trechos para colocação de luminárias: final da rua Saíra Militar, trecho da antiga estrada de Rolândia (próxima do pedágio da BR 369), rua Xororó do Pantanal, parte da rua Dançador

O principal problema da iluminação de vias é a “convivência” com a arborização das vias urbanas.

Por isso mesmo, a revisão da localização (muito próximas aos postes da COPEL) e porte das espécies arbóreas é almejada, assim como a utilização da cor e potência das lâmpadas como elemento diferenciador das principais vias, cruzamentos e proximidades de equipamentos urbanos.

## 2.3.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### SAÚDE

A Política Municipal de Saúde atua dentro dos princípios recomendados pela Secretaria de Estado e do Ministério da Saúde. Tem como foco o fortalecimento da atenção primária. O município tem obedecido o princípio constitucional que vincula 15% de recursos próprios para as políticas públicas de saúde.

Enquanto política pública, a gestão dos serviços está organizada por meio de um órgão coletivo - Conselho Municipal de Saúde (atuante) – e um órgão executor, a Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços estão organizados em rede privada, filantrópica e pública e são de bom nível: 3 Hospitais (privados), 01 CAPS, 1 Centro de Especialidade, 01 Centro Integrado de Saúde da Mulher, farmácia especializada, farmácia 24 hs, 01 Unidade Pronto Atendimento 24 hs, 03 UPAs 18 horas, 01 laboratório, 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Mulher, SAMU, 1 Centro de Especialidades Odontológicas, vigilância sanitária e 30 UBS.

A rede pública municipal dispõe de serviços de especialidades e está em expansão. A assistência pré-hospitalar é ofertada pela Secretaria de Estado da Saúde e a assistência hospitalar em estabelecimentos privados. Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico são oferecidos pelo laboratório municipal e por prestadores privados. Exames de maior complexidade são atendidos pelo LACEN (estadual). O serviço de saúde disponibiliza transporte de pacientes dentro e fora do município. A assistência farmacêutica está estruturada e em operação.

Arapongas dispõe de 30 equipes do Estratégia Saúde da Família (ESF) com uma cobertura de 85% da população. Equipes de Vigilância Ambiental, Epidemiológica e Sanitária são atuantes e apresentam bons resultados de cobertura vacinal e mantém uma série de programas em saúde que precisam ser mantidos e ampliados.

Com relação aos indicadores de saúde da população, Arapongas apresenta, historicamente, evolução positiva.

Na cidade, a localização das Unidades Básicas de Atendimento permite verificar que, num raio de 1.200 metros, há bom atendimento em todos os bairros, exceto no Jardim Santa Alice II/Jardim Paraná; Residencial Cidade Jardim/Parque Monterrey; Jardim Metropolitan/Residencial Casa Branca/Jardim Paraíso; Residencial Alto do Vale/Campinho.

Os percentuais favoráveis nos índices apontam para o esforço desenvolvido pelo Poder Executivo municipal, nos últimos anos, na saúde pública traduzidos em recursos humanos, instalações físicas, equipamentos, veículos, organização e métodos.

Apesar dos índices favoráveis, os serviços podem melhorar se forem superados alguns obstáculos:

- Instalações físicas funcionando em imóveis alugados;
- Implementar o atendimento para portadores de doenças mentais, nos serviços gerais de atendimento SUS, no nível ambulatorial;
- Construir uma nova Unidade de Saúde no bairro Alto da Boa Vista;
- Realizar mutirões de cirurgias eletivas;
- Promover a redistribuição das equipes de PSF;
- Utilizar/integrar mais o serviço do NASF-Núcleo Ampliado da Saúde da Família;
- Carências de profissionais, de estrutura física e de equipamentos para atender várias especialidades;
- Sobrecarga de atendimentos no Pronto Atendimento Municipal;
- Dificuldade de manter a atualização do sistema do Programa HIPERDIA e CADSUS;

## EDUCAÇÃO

No setor educacional, quando verificados ao longo das últimas duas décadas, os índices demonstram evolução positiva. O Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, embora situado abaixo da média paranaense, evolui de 0,366 em 2000, para 0,669, em 2010, havendo espaço para crescimento nos próximos anos.

Dados do Censo IBGE de 2010 indicavam que a taxa de analfabetismo na população de 25 anos ou mais era de 6,2%. Na população acima de 50 anos, correspondia (em 2010) a 14%, acima da média do Paraná (15,9%). Historicamente, ele tem diminuído em todas as faixas etárias. Entre crianças de 11 a 14 anos, em 2000, era de 1,5% do total da faixa etária. Em 2010, baixou para 1,1% enquanto no Paraná era de 1,14%. Considerando-se o esforço do município nesse setor há razões para crer que, no próximo Censo IBGE, esses números serão inferiores aos de 2010.

Em 2010, na população de 25 anos ou mais de idade, 51,8% tinham o Ensino Fundamental completo, 33,4 % possuíam o Ensino Médio completo e 10,8%, o Superior completo. Com exceção do Fundamental completo, esses valores estão abaixo da média brasileira e paranaense e precisam ser alterados nos próximos anos. No Brasil, esses percentuais eram, respectivamente, 50,7%, 35,8% e 11,3%. No Paraná, 50,9%, 35,6% e 12,8%.

A diferença de escolaridade entre a população de até 17 anos e a de mais de 25 anos ainda é problema. Em 1991, 23,8% da população entre 18 e 24 anos tinha Ensino Médio completo. Todavia, no mesmo ano, na população com 25 anos ou mais, esse valor reduzia para 16,4%. Em 2010, 55,8% da população entre 18 e 24 anos tinham Ensino Médio completo e 33,4% da população acima de 25 anos tinham Ensino Médio completo.

De fato, no município, há progressos importantes e que consolidam números melhores. Mas os ganhos obtidos não foram suficientes para reduzir a distância entre o fim do Ensino Fundamental e o fim do Ensino Médio e superior. O mesmo ocorre no Paraná e no Brasil.

Em 2018 a rede escolar era composta por 125 escolas: 1 estabelecimento pertencente à comunidade – APAE; 53 estabelecimentos privados; 46 estabelecimentos públicos municipais (22 creches, 08 estabelecimentos com pré-escola e 24 com anos iniciais); 25 estabelecimentos escolares com gerenciamento do governo do Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Educação de Arapongas foi instituído pela Lei Municipal nº 3684, de 29 de outubro de 2009. O Plano Municipal de Educação foi elaborado para o período 2015-2025.

O serviço de transporte escolar é gerenciado pelo Poder Executivo e atende a área urbana a rural. O Município dispõe de acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, temporárias ou permanentes



Em 2018, Arapongas totalizava 23.278 alunos sendo 93,9 % no Ensino Regular, 1,6% na Educação Especial e os restantes 4,5% na Educação de Jovens e Adultos. No ensino regular, a Educação Infantil atendia 5.150 crianças (23,3%), o Fundamental 12.851 alunos (58,1%), o Ensino Médio 1.178 alunos (18,6%).

No período 2008-2018, o total de alunos no ensino regular cresceu 1,1% (244 alunos). O crescimento foi apenas na rede de educação infantil que aumentou 128%, especialmente na rede pública. O ensino fundamental decresceu 16%. A rede estadual perdeu 1.056 alunos; a rede municipal 1.288; e, a rede privada (anos iniciais e finais) perdeu 110 alunos. Por sua vez, o ensino médio também mostrou decréscimo no número de matrículas: perdeu 195 alunos.

Em 2018, na faixa etária de 1 a 4 anos, Arapongas tinha 1.602 crianças na rede pública e 653 na rede privada. Desde 2008 houve crescimento no número de matrículas no setor público e privado.

Na pré-escola, no mesmo ano, eram 2.251 crianças em escolas públicas e 644 na rede privada. Em ambas, desde 2008, houve aumento do número de alunos, particularmente no setor público.

Considerando que o total de crianças na faixa etária de *creches* era (2010) correspondia a 5,2% e que o IBGE estima para o Município, em 2018, 121.198 habitantes estima-se 6.302 crianças na faixa etária e somente 1.602 crianças atendidas.

Na *pré-escola*, correspondente à faixa etária de 4 a 5 anos, adotando-se os percentuais do IBGE de 2010 (2,7%), tem-se 3.272 crianças. Assim sendo, a taxa de cobertura (2018) creche era de 35,7% e na pré-escola, 88,5%.

Os estabelecimentos escolares de Ensino Infantil estão distribuídos nas periferias urbanas com maior presença nas regiões de baixa renda. Ainda estão sem atendimento os loteamentos: Jardim Paulista II/Residencial Casa Branca/Metropolitan/Paraíso/Paulino Fedrigo; Residencial Cidade Jardim/Parque Monterrey/Residencial Araucária I e II; C. H. Ulisses Guimarães/Jardim Casa Grande; Jardim Casa Grande II/Jardim Novo Horizonte; Jardim Paraná, entre outros. Para atendê-los é necessária a construção de unidades escolares.

Em 2018, a **Educação Fundamental Anos Iniciais** totalizava 6.696 matrículas: 5.646 em escolas públicas e 1.232 em estabelecimentos privados. Historicamente, o número de alunos matriculados na rede regular pública nos anos iniciais decresceu 14,8%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de Arapongas (2015), anos iniciais, teve evolução positiva saindo de 5,2 em 2007, para 6,7, em 2017, ultrapassando a meta e 6,8 em 2019.

Adotando-se raio de 800 metros como distância máxima de percurso a pé pela criança, verifica-se que os estabelecimentos escolares de Ensino fundamental Anos Iniciais não atendem o Jardim Quebec/San Raphael V e VI; Jardim Paulista; Jardim

Santa Alice/Jd. Bela Vista; Jd. Casa Grande; Residencial Araucária I e II/Vale das Perobas; Residencial Cidade Jardim; Residencial Casa Grande/Metropolitan/Paraíso.

**Ensino Regular Fundamental Anos Finais** é ofertado pelo estado do Paraná e pela iniciativa privada. Em 2018, totalizava 6.157 matrículas, das quais o Poder Público estadual respondia por 88% e a rede privada 12%. O número de alunos matriculados nos anos finais em escolas estaduais tende a diminuir. Entre 2008 e 2018 a queda foi de 16%.

Adotando-se um raio de 1.000 metros, verifica-se que locais importantes da área urbana não é atendida: Residencial Araucárias, Araucárias I e II, Interlagos II, Residencial Cidade Jardim, Jardim Paulino Fedrigo, Casa Branca, Jd. Metropolitan (e áreas próximas), C. H. Ulisses Guimarães, Jd Casa Grande, Jd. São Bento, C. H. Bussadori, C. H. Arapongas II, Auto da Boa Vista (e áreas próximas), San Raphael V e VI, Residencial Águias, Jd. Mônaco II, Piacenza, Jd. Planalto, entre outros.

O **Ensino de Nível Médio** é realizado por 17 estabelecimentos: 11 sob a responsabilidade administrativa do governo do estado do Paraná e 6 privados.

Entre 2008 e 2018, percebe-se tendência de diminuição (-4,5%) do número de matrículas no total de alunos matriculados. Essa diminuição é de -5,3% no setor público estadual. No setor privado o fluxo de matrículas tem sido variável. Ele é crescente entre 2008 e 2012 e decrescente após esse ano. Entre 2012 e 2018 a queda é de 20%.

Tomando-se um raio de 1.200 metros como situação ideal de atendimento de Ensino Médio percebe-se não atendimentos: parte dos jardins San Raphael V e VI, Águias, Monte Carlos, Interlagos, Interlagos I e II, Residencial Araucárias, Residencial Araucária I e II, Residencial Cidade Jardim, Paulino Fedrigo, Jardim Paraíso, Metropolitan, Residencial Casa Branca, C. H. Arapongas II, São Bento, C. H. Bussadori, Moradias Ilha Bela, Santa Rita, C. H. Piacenza, Vale do Coqueiral e áreas próximas desses loteamentos.

A evasão escolar tem sido o grande problema enfrentado pelo EJA. Ao longo dos anos o número de matrículas tem diminuído. No período 2008 a 2018, reduziu-se de 1.099 para 1.044 matrículas. No Ensino Fundamental Anos Finais (rede estadual) o número de matrículas cresceu de 299 para 490. Todavia, no Ensino Médio, reduziu-se de 468 para 353 matrículas. No Ensino Municipal também houve redução: de 232 para 201 matrículas.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para subsidiar as diretrizes de políticas municipais há que se levar em consideração a seguinte condição municipal:

- a) Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>3</sup>, em 2010 (0,162), é classificado como muito baixo, o que coloca o município em condições melhores do

---

<sup>3</sup> Varia de 0 a 1 (muito vulnerável)

que o Brasil (0,326) e o estado do Paraná (0,252). O subíndice inferior é de Infraestrutura (0,029), seguido de Renda e Trabalho (0,192) e Capital Humano (0,265).

- b) O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é alto (0,748, em 2010). No ano 2000 era de 0,669. A dimensão que mais contribui para o crescimento foi Longevidade (0,834), seguida pela Renda (0,751) e Educação (0,669).
- c) Por sua vez, o Índice de Gini, entre o ano 2000 e 2010, decresceu de 0,50 para 0,46, o que representava, à época, uma sociedade menos desigual.
- d) Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, *a renda per capita média do Município cresceu, passando de R\$ 596,95, em 2000, para R\$ 855,02, em 2010*. Mesmo assim, Arapongas comparece em condição de inferioridade em relação ao Paraná (R\$ 890,89).
- e) No ano 2000, os 20% mais ricos da população apropriavam 40,42% da renda. Este percentual decresce para 38,37% no ano 2010. O percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres sai de 4,72%, em 2000, para 5,59%, em 2010.
- f) Dados do IBGE-2010 demonstram que a Taxa de Pobreza – percentual da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo – era de 30,42%, no ano 2000, e 10,98%, em 2010.
- g) A proporção de pessoas extremamente pobres, correspondente em 2000, à proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior 25% do salário mínimo/mês, era 1,3%, baixando, em 2010, para 0,49%.

A Assistência Social, enquanto política pública municipal, está estruturada. Congrega vários agentes sociais e programas públicos de bom atendimento. Organiza-se segundo dois eixos direcionais principais de atuação: a) Proteção Social; b) Proteção Especial (de alta e média complexidade) e ainda, benefícios eventuais de combate à pobreza. A natureza das ações dos programas visa atenuar parte das dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável, garantir a sobrevivência, a afirmação da cidadania e a educação.

Para enfrentar os desafios dos próximos 10 anos é necessário:

- Articular Assistência Social com as demais políticas públicas e setoriais;
- Estabelecer fluxos de atendimentos na rede de atendimento;
- Elaborar diagnóstico referente as áreas da criança, do adolescente e do idoso;
- Buscar novas estratégias de atendimento à população em situação de rua, bem como a população indígena que utilizam o espaço da rua para comercialização de artesanato, expondo na maioria das vezes suas crianças;
- Reestruturar (organizacional) a Secretaria Municipal de Assistência Social com formalização de áreas essenciais conforme o SUAS;
- Cadastrar todos os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como manter cadastro atualizado no Cadastro Único do Governo Federal;

- Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do BPC e PBF, principalmente aquelas em descumprimento de condicionalidades;
- Identificar e cadastrar famílias no Cadastro Único com a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- Operacionalizar o sistema de atendimento social (IPM-Sistemas);
- Reestruturar toda a rede de atendimento, com a aquisição de equipamentos e mobiliário, além da estrutura física;
- Implantar a vigilância social no órgão gestor;
- Regulamentar a Lei Federal 13,019/2014 (estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil); e,
- Implementar e fortalecer o Programa Estadual Família Paranaense.

Estes enfrentamentos somente serão possíveis mediante a articulação da política de Assistência Social às demais políticas setoriais do Poder Executivo municipal.

A rede de serviços é composta por: 03 CRAS, 05 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos, 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 14 a 15 anos, 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos, 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 06 anos, 01 Programa de Aprendizagem para adolescentes, 05 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, 01 CREAS, 01 CENTRO POP, 01 Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, 01 Centro Dia para PCD, 02 Instituição de Acolhimento para Idosos, 01 Casa de Passagem.

## CULTURA

O setor cultural está representado por 17 grupos de dança, 11 de teatro, 05 de capoeira, 23 musicais, 02 grupos de música gospel, 19 artesanatos, 08 corais, 06 bandas, 06 fanfarras, 06 escolas de música, 17 escolas de pintura, 06 grupos folclóricos, 10 intérpretes de música sertaneja.

Há ateliê de artes, artesanato, pintura, festas tradicionais, exposições, feiras e promoções culturais desenvolvidas pelo Poder Executivo municipal.

Sua estrutura de suporte de atividades culturais é: 1 biblioteca, 01 Anfiteatro, Cine-teatro Mauá, Espaço Municipal de Artes – EMA, Usina do Conhecimento, Museu de Arte e História de Arapongas – MAHRA, Praça Céu das Artes, Antiga Estação Ferroviária, Mercado Municipal de Arapongas, Estação das Feiras – Feira da Lua – e Galpão Cultural – G1.

A Secretaria Municipal da Cultura, Lazer e Eventos necessita mais espaço, pessoal qualificado, mobiliário, veículo (necessita 3 novos) e equipamentos novos para desenvolver suas atividades, maior divulgação nos meios de comunicações para suas atividades, maior envolvimento dos artistas locais na promoção cultural, rever a utilização dos recursos do Fundo de Cultura (só permitido para projetos culturais).

A Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis precisa trocar o software de controle e aumentar recursos humanos. O Anfiteatro Municipal Oduvaldo Vianna Filho necessita adequar-se às normas de segurança e incêndio, melhorar o sistema de som e de iluminação, aquisição de equipamentos. O Museu de Arte e História de Arapongas – MAHRA – precisa de reforma nas instalações físicas e compra de equipamentos. A Praça Céu das Artes precisa eliminar o alagamento da via de acesso.

## ESPORTES E RECREAÇÃO

O Município conta com uma boa quantidade de equipamentos destinados aos esportes, tanto públicos quanto privados, em especial, aos esportes coletivos: Centro Esportivo CSU, Praça da Saudade, Bosque dos Pássaros, Parque dos Pássaros, Parque das Nações, várias escolinhas de esporte, Estádio Municipal, 3 ginásios de esportes, 23 quadras de esportes em escolas municipais e 14 em escolas estaduais

A Secretaria necessita ser ampliada e reformada.

O Município conta ainda com 8 praças. São denominadas como tal, porém uma boa parte delas poderia ser classificada como jardins considerando-se suas dimensões, funções e revestimento arbóreo presentes.

Há programas públicos estruturados para atendimento de estratos específicos da população. Alguns deles têm maior destaque: caminhadas, realização de eventos e as escolinhas de esportes. As Escolinhas garantem atividades de recreação e esportes às crianças e adolescentes vinculados à rede de ensino. Havendo instalações físicas adequadas e professores esse Programa pode expandir-se e envolver ainda mais as populações dos bairros periféricos da cidade.

A distribuição dos equipamentos de esportes e recreação atende sobretudo as áreas centrais. A deficiência comparece nas áreas loteadas situadas entre as nascentes dos córregos Mantiqueira e Campinho, nas áreas situadas a oeste do córrego Tabapuã, nas áreas próximas às nascentes do córrego Araruva, nos loteamentos situados entre os córregos Três Bocas e Veados e nos loteamentos localizados na cabeceira do córrego Arlindo.

A Lei Municipal exige do loteador a destinação de área loteada para fins de praças, todavia esses espaços têm sido ocupados por outros usos..

O maior problema do segmento Esportes e Recreação é reforma de instalações físicas e recurso humano para atender a demanda existente e para dar conta dos novos desafios que o crescimento demográfico cria.

## SERVIÇO FUNERÁRIO

Os serviços funerários têm à disposição uma estrutura composta de 2 cemitérios (público e privado). A previsão de esgotamento do cemitério público é de 2 anos e não há área para expansão.

## **2.4 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – MOBILIDADE URBANA**

### **TRANSPORTE COLETIVO URBANO**

Arapongas possui Plano de Mobilidade datado de 2016. Nele são tratados os aspectos funcionais e gerenciais da mobilidade. O Plano revela que 37% dos destinos urbanos se dão em relação ao centro da cidade, seguido pelos destinos direcionados para o setor industrial localizado na saída para Rolândia (12%). Aproximadamente 19% das origens dos deslocamentos ocorrem nesse setor industrial.

O Plano faz uma série de recomendações, entre elas a ciclo faixa para bicicletas e para ônibus. Operam na cidade 10 linhas de transporte coletivo, todas relacionadas ao sentido bairro-centro com passagem pelo terminal urbano de transporte coletivo situado na esquina das ruas Maribu com Andorinhas.

Por sua vez, o terminal rodoviário de passageiros está bem localizado e em boas condições de funcionamento. O aeródromo não possui rotas comerciais e não é servido pela linha de transporte coletivo urbano.

### **TRÂNSITO**

A frota veicular no município é de 88.497 (em 2020) com 46.786 veículos na categoria automóveis. Considerando a projeção de população do Ipardes para o ano 2018, Arapongas mostra um índice de 1,47 veículo/pessoa. Entre 2008 e 2020 o crescimento da frota de veículos foi de 71%. A categoria automóvel teve crescimento de 76,7% e motocicletas 49,7%.

Em 2019, ocorreram 885 acidentes de trânsito sendo 578 (63,5%) com vítimas (392 colisões, 37 atropelamentos e 149 outros tipos) sendo 675 acidentes com feridos e 1 com morto no local.

Quanto ao sistema de sinalização de vias, o município dispõe de parte das vias, no núcleo inicial, sinalizadas. Há necessidade de melhorias na sinalização de trânsito, vertical e horizontal, e de melhorias na sinalização indicativa de localidades (bairros) e nas estradas rurais.

No centro da cidade a disponibilidade de vagas é garantida pelo sistema de pagamentos gerenciado por empresa terceirizada.

Outros problemas no sistema são decorrentes, sobretudo, de fiscalização de trânsito e manutenção (paradas em fila dupla, carga/descarga, sinalização vertical/horizontal).

Os pontos de acumulação de veículos ocorrem nos horários de “pico”, especialmente próximo das 18 horas, e em locais específicos, sempre no cruzamento do eixo rodoferroviário da BR 369: proximidades do Terminal Rodoviário de Arapongas, cruzamentos com a avenida Arapongas e rua Drongo.

## **2.5 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - INSTITUCIONAIS.**

Para que o Plano Diretor possa ser implementado é fundamental que as estruturas organizacionais, legais e os instrumentos de planejamento possam dar condução às ações governamentais conforme estabelece a legislação federal e estadual.

No que diz respeito à legislação urbanística, Arapongas dispõe dos principais instrumentos jurídicos (Parcelamento do Solo Urbano, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Posturas, Código de Edificações), mas eles precisam ser revistos e aperfeiçoados à luz das novas exigências técnicas e legais. Além desses, há o Plano de Mobilidade, Plano de Arborização, Plano Local de Habitação de Interesse Social, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Saúde e Plano Municipal de Educação.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social precisa ser revisto por que usa dados do Censo 2000.

É preciso rever os artigos 96 e 135 da Lei Orgânica do Município no que trata à denominação correta para o Plano Diretor.

A Lei Municipal Complementar nº 3.588/2009, que trata do Plano Diretor-2009, criou o Sistema de Acompanhamento e Controle do Plano Diretor-2009 (art. 42) e o Sistema Municipal de Informações, apontados nos artigos 34 e 35, os quais não foram implantados.

A mesma lei criou o Conselho Municipal do Plano Diretor (art. 36) para tratar, entre outras atribuições, da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A Política Municipal de Meio Ambiente está regulada pela Lei Municipal nº 3.231, de 14 de setembro de 2005. O artigo 23 da referida Lei cria o Programa de Reserva Particular do Município de Arapongas por destinação do proprietário de imóveis com relevante interesse ambiental (sic). Mas esse Programa não foi implementado. Da mesma maneira também não foram implementados o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e o selo verde.

Quanto à disponibilidade de sistemas informacionais, a Administração Pública municipal possui sistemas informatizados cumprindo tarefas cotidianas de organização e execução de serviços da gerência administrativa com destaque para o setor de finanças, educação e saúde. Todavia, não houve monitoração da implementação do Plano Diretor-2009 e atualização dos indicadores de desempenho das políticas setoriais. Destaque-se que, em agosto de 2019, está sendo processado o levantamento cartográfico georeferenciado da cidade de Arapongas o qual servirá para atualização de dados cadastrais de IPTU e para toda a política municipal de controle de uso e ocupação do solo.

**.CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS REGIONAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>MUNICÍPIO E SUA LOCALIZAÇÃO</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção do município na região socioeconômica</li> <li>• Ligações rodoviárias e aéreas</li> <li>• Região com bons níveis de desenvolvimento</li> </ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS AMBIENTAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>COBERTURA VEGETAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poucas matas ciliares junto aos cursos de água</li> <li>• Baixo nível de conscientização ambiental da população</li> <li>• Interferência da arborização nos níveis de iluminação das vias e no trânsito de veículos altos</li> <li>• Falta (parcial) de arborização em vias urbanas</li> <li>• Vandalismo (destruição das espécies arbóreas), conflito com avanço de marquises e letreiros de lojas e comprometimento de calçada por uso de espécies inadequadas</li> <li>• Uso indiscriminado de espécies arbóreas, sem observar os elementos presentes na via (fiacção, iluminação, edificações)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei e resoluções que determinam áreas de preservação permanente no entorno das nascentes e ao longo dos cursos de água</li> <li>• Existência de matas privadas preservadas no município</li> <li>• Estímulo tributário através do ICMS Ecológico</li> <li>• Plano Municipal de Arborização Urbana sendo realizado</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente atuantes</li> <li>• Áreas de Preservação Permanente públicas junto aos cursos de água</li> <li>• Parque Municipal dos Pássaros, Parque das Nações e Bosque dos Pássaros</li> <li>• Legislação Federal que institui o Cadastro Ambiental Rural que impede a exploração de 20% de áreas rurais</li> <li>• Plano de Arborização</li> <li>• Lei Municipal nº 3.231, de 14 de setembro de 2005</li> </ul>
<b>HIDROGRAFIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assoreamento de cursos de água</li> <li>• Ausência (parcial) de mata ciliar em nascentes de cursos de água</li> <li>• Ausência de muros em lotes urbanos impedindo o carregamento de solos para os cursos de água</li> <li>• Ribeirão Apertados e rio Pirapó são mananciais de abastecimento de água de Arapongas e outras cidades próximas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação que impede a urbanização junto aos cursos de água que são mananciais de abastecimento de água de áreas urbanizadas</li> <li>• Não ocupação urbana de nascentes em áreas contidas no Perímetro Urbano</li> <li>• Legislação Estadual de ICMS-Ecológico</li> <li>• Futura exploração do manancial do ribeirão Três Bocas pela Sanepar</li> </ul>



CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Profundidade e não exploração do aquífero Guarani</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Potencial dos aquíferos Serra Geral e Guarani para abastecimento humano e de animais</li></ul>
<b>SOLO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Solo friável sujeito a erosões</li><li>• Assoreamento dos cursos de água</li><li>• Vulnerabilidades geoambientais junto aos cursos de água</li><li>• Aterro de erosões com resíduos sólidos domésticos e de construção</li><li>• Afloramento de rocha</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Condições favoráveis à ação integrada de microbacias de drenagem</li><li>• Solos produtivos.</li><li>• Relevo levemente ondulado</li><li>• Experiências acumuladas no combate à erosão</li></ul>
<b>RELEVO</b>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Condições favoráveis à ação integrada de microbacias de drenagem</li><li>• Relevo levemente ondulado favoráveis à expansão urbana, drenagem, implantação do sistema viário e de ciclovias.</li><li>• Declividade acima de 30% somente nos fundos de vales</li></ul>
<b>POLUIÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pontos de poluição dos cursos de água</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de fontes industriais e / ou comerciais poluidoras no ar nas áreas urbanas</li></ul>
<b>ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de habitação em áreas de Preservação Permanente</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei Municipal institui e impede a ocupação das áreas de APP.</li></ul>
<b>INSTRUMENTOS LEGAIS</b>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei Municipal nº 3.231, de 14 de setembro de 2005 que institui a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Arapongas</li><li>• Plano de Arborização</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS SOCIOECONÔMICO**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Êxodo rural</li><li>• Perda de produtividade do solo</li><li>• Necessidade de conscientização dos produtores quanto a práticas conservacionistas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Solos de alta fertilidade e relevo levemente ondulado</li><li>• Rede hídrica abundante e bem distribuída</li><li>• Mão-de-obra disponível</li><li>• Clima favorável</li><li>• Precipitação pluviométrica e distribuição das chuvas favorável</li><li>• Proximidade de centros consumidores</li><li>• Facilidades escoamento da produção</li><li>• Facilidade de acesso a tecnologias e assistência rural</li><li>• Energia elétrica disponível</li></ul>
<b>SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO</b>	Má distribuição de renda	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proximidade de centros consumidores / mercado regional</li><li>• Obtenção de assistência em órgãos paranaenses de apoio</li><li>• Energia elétrica facilitada</li><li>• Cursos superiores em Arapongas e cidades próximas</li><li>• Cursos técnicos em cidades próximas</li><li>• Política pública de incentivos à industrialização</li><li>• Disponibilidade de áreas públicas para empresas</li><li>• Importante parque moveleiro</li><li>• Aeroporto, rodovias e ferrovia facilmente acessíveis</li></ul>
<b>ASPECTOS DEMOGRÁFICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tendência a diminuição da população rural</li><li>• Tendência de diminuição da população jovem</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescimento na população urbana</li><li>• Crescimento da representatividade da população acima de 65 anos</li><li>• População jovem e numerosa</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – SANEAMENTO**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fontes para produção próxima do limite de contribuição</li><li>• Perdas consideráveis na distribuição de água</li><li>• Necessidade de construção de novos sistemas de captação e adução</li><li>• Inexistência de rede pública de abastecimento nos loteamentos chácaras de recreio</li><li>• Eventuais rompimentos da tubulação AAB e/ou AAB 02 – DN 450 – ferro dúctil, devido à idade da tubulação ser superior a 30 ano</li><li>• Captação subterrânea (CSB): queda/picos de energia frequentes e vandalismo</li><li>• Ausência de Plano Municipal de Saneamento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mananciais superficiais e subterrâneos satisfatórios</li><li>• Crescimento do atendimento de água</li><li>• Sistema de abastecimento implantados de boa qualidade</li><li>• Contrato com a concessionária Sanepar até 2035</li><li>• Crescimento demográfico e econômico previstos para a próxima década</li><li>• Existência de outros locais para captação de água para abastecimento da cidade</li><li>• Projetos existentes para ampliação das fontes de abastecimento (futura conexão com sistema de Rolândia)</li><li>• Consumo de água <i>per capita</i> decrescente (2007-2017)</li></ul>
<b>ESGOTOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 26% da população sem rede coletora</li><li>• Grandes investimentos para expandir e melhorar o sistema de coleta e tratamento</li><li>• Inexistência de rede nos loteamentos de chácaras de recreio</li><li>• Ligações de rede de drenagem na rede de esgotos</li><li>• Ausência de Plano Municipal de Saneamento</li><li>• Eficiência do tratamento de esgoto = 80%</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Demanda existente</li><li>• Investimentos programados pela Concessionária</li><li>• 74% da população atendida</li><li>• Pré-projeto de ampliação do sistema existente</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – SANEAMENTO**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ligações clandestinas de esgotos domésticos e águas servidas na rede de drenagem</li><li>• Deficiência de manutenção dos sistemas existentes</li><li>• Inexistência de rede de drenagem nos loteamentos de chácaras de recreio</li><li>• Inexistência de cadastro de sistema de drenagem</li><li>• Vias urbanas sem drenagem</li><li>• Ausência de Plano Municipal de Saneamento</li><li>• Obras finais de rede paralisadas</li><li>• Erosões em área urbana</li><li>• Locais com rede de drenagem subdimensionada</li><li>• Ausência de cadastro de drenagem</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relevo favorável</li><li>• Rede de drenagem existente em grande parte da área urbanizada</li><li>• Corpos receptores para águas pluviais próximos</li></ul>
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de Plano Municipal de Saneamento</li><li>• Aterro sanitário dentro da cidade</li><li>• Prazo útil do aterro é de 2 anos</li><li>• Pequena equipe de poda de árvores</li><li>• Ausência de plano de recuperação do aterro sanitário após seu fechamento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Destino para o lixo hospitalar resolvido</li><li>• Coleta seletiva implantada</li><li>• Capina terceirizada</li><li>• Varrição atende as áreas urbanas</li><li>• Contrato com a concessionária Sanepar até 2035</li><li>• Sistema de coleta de restos de construção privado</li><li>• Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INFRAESTRUTURA**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inexistência de cadastro sobre o estado de deterioração das vias públicas</li><li>• vias a pavimentar: marginais da BR 369 (9,3km), marginais na PR 218 (13 km), marginais da PR 444 (8 km); diversas ruas no perímetro urbano (3,75 km)</li><li>• Vias necessitando de recape</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• pavimentação existente</li><li>• corpo técnico na Administração Pública municipal para elaborar e fiscalizar projetos</li><li>• legislação de parcelamento do solo exige construção de pavimentação nos novos loteamentos</li></ul>
<b>ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Energia elétrica abundante.</li><li>• Rede Implantada.</li><li>• Demanda crescente</li></ul>
<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• iluminação pública de vias não é diferenciada conforme a hierarquia das vias</li><li>• Deficiência de iluminação na rodovia PR 218 Campinho</li><li>• Sem iluminação na via de ligação entre Aricanduva e C. H. Bussadori</li><li>• Aclaramento da via reduzido pela arborização</li><li>• Não utilização de lâmpadas Led na iluminação de vias e praças</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Energia elétrica abundante</li><li>• Rede existente</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>ESPORTES E RECREAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de praças em algumas áreas periféricas</li><li>• Escassez de recursos humanos</li><li>• Instalações físicas necessitando reformas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quadras de esportes nas escolas em alguns bairros</li><li>• Escolinhas de esportes no Poder Executivo Municipal</li><li>• Complexo esportivo construído (estádio, ginásio de esportes, instalações esportivas no CSU e outros )</li><li>• Programas e projetos de esportes e recreação existentes</li><li>• Praças existentes no núcleo inicial (centro da cidade)</li></ul>
<b>CULTURA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de reformas nas instalações físicas</li><li>• Inexistência de política de preservação do patrimônio arquitetônico</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de grupos culturais no Município</li><li>• Instalações físicas existentes (biblioteca, museu, etc.)</li><li>• Calendário cultural anual</li><li>• Existência de patrimônio arquitetônico</li><li>• Conselho Municipal da Cultura</li></ul>
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Escassez recursos humanos</li><li>• Necessidade de reformas e ampliação de instalações físicas</li><li>• Necessidade de construir PAEFI (bairro Lorena), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (bairro Flamingos) e construir CRAS (bairro Araucárias)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de programas estruturados</li><li>• Instalações físicas existentes</li><li>• Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas criados</li><li>• Secretária Municipal de Assistência Social está estruturada</li><li>• Plano Municipal de Assistência Social existente</li><li>• Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Especial estruturados</li><li>• Várias entidades beneficentes no município</li><li>• IDHM alto, acima da média paranaense</li></ul>
<b>SERVIÇO FUNERÁRIO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cemitério necessitando de melhorias</li><li>• Cemitério próximo do esgotamento de vagas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cemitério privado</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – MOBILIDADE**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>TRANSPORTE COLETIVO URBANO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de demarcação/sinalização adequadas nos abrigos de passageiros</li><li>• Loteamentos (novos) de periferia sem linhas de transporte coletivo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de transporte urbano em operação</li><li>• Terminal Rodoviário de Passageiros</li><li>• Terminal de Transporte Coletivo Urbano</li><li>• Existência de abrigos para passageiros em pontos de parada dos ônibus</li><li>• Existência de Plano Municipal de Mobilidade</li></ul>
<b>TRÂNSITO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tráfego de veículos pesados em vias urbanas (BR 369)</li><li>• Sinalização de trânsito deficiente em área periférica</li><li>• Sinalização indicativa deficiente em áreas periféricas</li><li>• Pontos críticos de travessia junto ao eixo rodoferroviário</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano de Mobilidade Urbana existente</li><li>• Áreas centrais bem sinalizadas</li><li>• Corpo técnico na Administração Pública municipal</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – INSTITUCIONAIS**

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>LEGISLAÇÃO DO PLANO DIRETOR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desatualização</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legislação federal e estadual que normatizam as diferentes temáticas urbanas e ambiental</li><li>• Processo de revisão do Plano Diretor</li></ul>
<b>LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Referências conceituais equivocadas quanto ao Plano Diretor</li></ul>	
<b>ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL</b>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de órgão de planejamento na estrutura organizacional do Poder Executivo municipal</li></ul>
<b>ESTRUTURA OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Banco de Dados inexistente.</li><li>• Ausência de Mapas Temáticos</li><li>• Cartografia não georeferenciada</li><li>• Gestão do Plano Diretor-2009 não implantada</li><li>• Cadastro Técnico Imobiliário desatualizado</li><li>• Planta de valores desatualizada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cartografia existente</li><li>• Corpo técnico de bom nível</li><li>• Cadastro Técnico Imobiliário existente</li><li>• Conselho do Plano Diretor operando</li><li>• Cartografia sendo elaborada (2019)</li></ul>

**CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS SOCIOESPACIAIS**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>CRESCIMENTO URBANO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação urbana descontínua</li> <li>• Aglomerados urbanos (Aricanduva, Campinho e outros) isolados do restante da malha urbana</li> <li>• Ausência de infraestrutura nos loteamentos de chácaras</li> <li>• Parcelamento do solo para fins urbanos fora do perímetro urbano (irregulares)</li> <li>• Restrições ambientais para o crescimento urbano na bacia do ribeirão Apertados</li> <li>• Contorno rodoviário projetado (a leste) poderá induzir tendências de crescimento sobre a bacia do ribeirão Apertados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevo, nas proximidades da cidade, favorável para expansão de malha urbana</li> <li>• Densidades demográficas compatíveis com infraestrutura urbana existente</li> <li>• Legislação de Perímetro Urbano e de Parcelamento do Solo Urbano existentes</li> <li>• Centro urbano adensado e infraestruturado</li> <li>• Contorno rodoviário projetado (a leste) poderá induzir tendências de crescimento sobre a bacia do ribeirão Apertados</li> </ul>
<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Densidades demográficas compatíveis com infraestrutura urbana existente</li> </ul>
<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas permeáveis reduzidas em áreas comerciais</li> <li>• Lotes mínimos pequenos</li> <li>• Grande quantidade de lotes vazios</li> <li>• Uso do solo industrial/comercial de grande porte com facilidade de acessos sem interferência direta sobre áreas de moradias, exceção do projeto Minha Casa, Minha Vida construído em área industrial</li> <li>• Necessidade de incorporar as áreas urbanas até o futuro contorno rodoviário Leste que estão sem zoneamento</li> <li>• Inexistência de eixos de adensamento nas áreas periféricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de uso em diferentes zonas</li> <li>• Conflitos de uso: aterro sanitário em área urbana</li> <li>• Áreas de preservação permanentes protegidas por lei</li> <li>• Restrições de ocupação vertical em área de influência do cone de aproximação do aeroporto</li> <li>• Estabelecer a distribuição das atividades das diferentes zonas pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE</li> </ul>
<b>SISTEMA VIÁRIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descontinuidade da malha viária da cidade</li> <li>• Transposição veicular da ferrovia na cidade</li> <li>• Necessidade de padronização de passeios públicos</li> <li>• Falta de rampas nos passeios – cf. norma – em alguns locais da cidade</li> <li>• Saliências e desníveis nas calçadas públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corpo técnico na Administração Pública municipal</li> <li>• Legislação sobre Sistema Viário e Parcelamento do Solo Urbano existente</li> </ul>
<b>HABITAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• registros sobre a demanda sobre habitação não representativos</li> <li>• Imóveis alugados: 9.800 moradias em 2010.</li> <li>• Plano Municipal de Habitação defasado</li> <li>• Ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de novos projetos para implantação de habitação de interesse popular</li> <li>• recursos humanos na Administração Pública Municipal disponíveis e de bom nível podendo elaborar projetos</li> </ul>



## 2.6 CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – SÓCIO ESPACIAIS

### ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL

#### A) MUNICÍPIO

No Município, pode-se sintetizar a ocupação do espaço da seguinte maneira:

- a) **Áreas Urbanizadas – Chácaras de Lazer.** São caracterizadas por atividades urbanas, entre outras, como habitação.
- b) **Área Rural** – de exploração agrícola, pecuária, extrativa. Nessa categoria estão inclusas todas as áreas do território, exceção daquelas situadas no interior do perímetro urbano, as Áreas de Reserva Florestal Legal, as Áreas de Preservação Ambiental, as áreas urbanizadas em Chácaras de Lazer e as Áreas Não Edificável.
- c) **Áreas Não Edificável** – são áreas localizadas em faixas de rodovias e sob linhas de transmissão de energia elétrica, sendo impedidas de receber edificações.
- d) **Área de Preservação Permanente (APP)** – trata-se de Áreas de Preservação Permanente dos cursos e nascentes de água, represas, reservas florestais e matas sendo, portanto, não urbanizáveis.
  - d1) **Área de Preservação Permanente de cursos e nascentes de água.**

Quando fora do perímetro urbano, as áreas de preservação ambiental ao longo dos cursos de água e nascentes obedecem aos seguintes critérios classificatórios:

    - áreas situadas ao longo dos cursos de água com menos de 10 (dez) metros de largura, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 30 (trinta) metros, medidos em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.
    - áreas situadas ao longo dos cursos de água que tenham largura entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) metros, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 50 (cinquenta) metros,



medidos em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.

- áreas situadas ao longo dos cursos de água que tenham largura entre 50 (cinquenta) e 200 (duzentos) metros, contados desde o seu nível mais alto, numa distância mínima de 100 (cem) metros, medidos em projeção horizontal, para cada lado desses cursos de água.

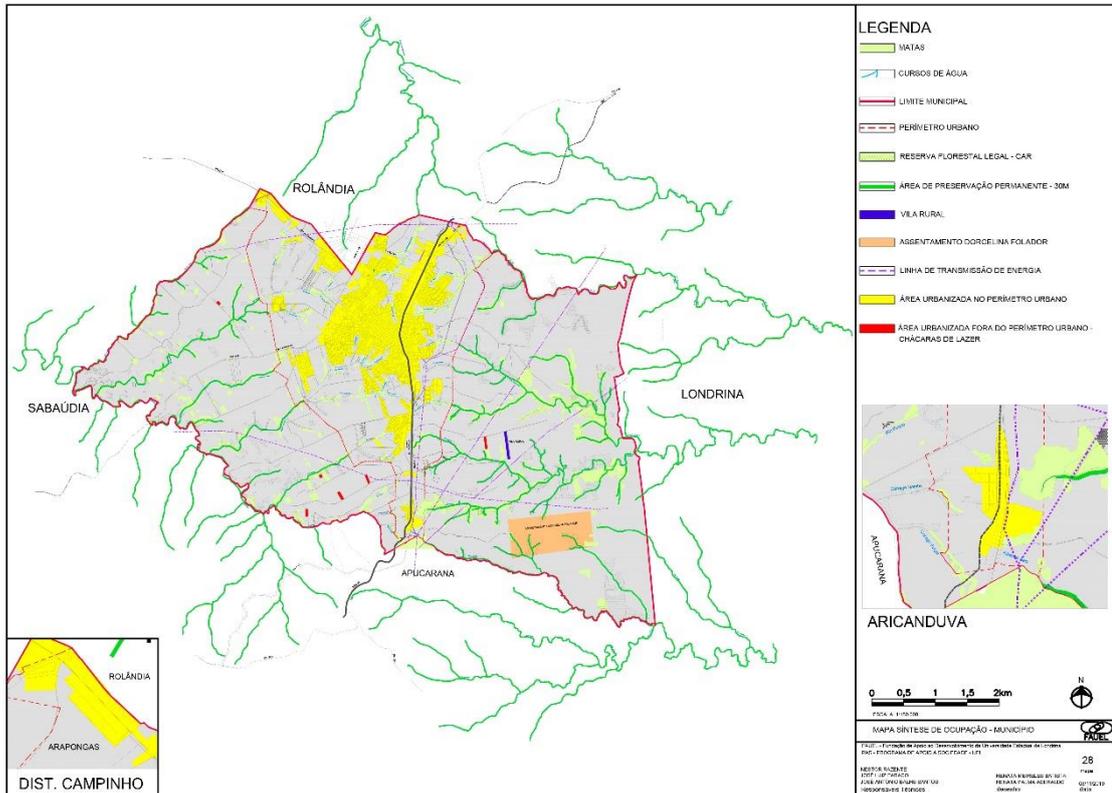
**d.2) Área de Reserva Florestal Legal**, de natureza privada, estabelecida conforme exigências da legislação federal e estadual, destinando-se à preservação da cobertura vegetal ativa e outras formas de vegetação, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, ao abrigo e proteção da flora e fauna nativas, conservação da biodiversidade e reabilitação de processos ecológicos.

**e) Assentamento Dorcelina Folador**. Corresponde à área de assentamento rural cujo uso do solo é agrícola e a área dos imóveis em torno de 6 hectares.

**f) Vila rural**. São áreas de assentamento rural promovido pelo governo do estado do Paraná cujo tamanho da propriedade predominante é em torno de 5.000 m<sup>2</sup>.



### Mapa 28. MUNICÍPIO DE ARAPONGAS. SÍNTESE DA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL (ver o mapa em prancha tamanho A3)





## **B.1) ÁREAS URBANIZADAS**

São consideradas Áreas Urbanizadas:

### **– Áreas Consolidadas com infraestrutura completa**

Correspondem aos locais onde encontramos infraestrutura completa (água, energia, pavimentação de vias, drenagem, iluminação de vias e esgotos) disponibilizada e compatível com as densidades demográficas existentes e projetadas, em loteamentos regularizados perante o Poder Executivo. Quanto ao uso do solo, classificam-se em áreas residenciais, comerciais/serviços e industriais.

### **– Áreas Consolidadas com infraestrutura incompleta**

Correspondem aos locais onde encontramos infraestrutura incompleta (água, energia, pavimentação de vias, drenagem, iluminação de vias) disponibilizada e compatível com as densidades demográficas existentes e projetadas, em loteamentos regularizados perante o Poder Executivo. Quanto ao uso do solo, classificam-se em áreas residenciais, comerciais/serviços e industriais.

### **– Áreas em Consolidação com infraestrutura completa**

São áreas já parceladas para fins urbanos contam com padrão de infraestrutura (água, energia, pavimentação de vias, drenagem, iluminação de vias e esgotos), porém ainda estão em processo de ocupação, apresentando muitos lotes vazios. Quanto ao uso do solo, podem ser classificadas em residenciais e comerciais/serviços.

### **– Áreas em Consolidação com infraestrutura incompleta**

São áreas já parceladas para fins urbanos, contam com padrão de infraestrutura (água, energia, pavimentação de vias, drenagem e iluminação de vias), porém ainda estão em processo de ocupação, apresentando muitos lotes vazios. Quanto ao uso do solo, podem ser classificadas em residenciais e comerciais/serviços.

### **– Áreas não ocupadas com infraestrutura incompleta**

São áreas já parceladas para fins urbanos. Contam com padrão de infraestrutura incompleta (água, energia, pavimentação de vias, drenagem e iluminação de vias), porém não estão ocupadas.

**– Áreas não ocupadas com infraestrutura deficiente.** Corresponde aos loteamentos irregulares em chácaras de recreio onde há apenas abastecimento de energia elétrica e água (poço comunitário).

## **B.2) ÁREAS NÃO URBANIZÁVEIS**

São consideradas como “Não Urbanizáveis” as áreas de preservação de ambientes naturais os locais onde há restrição à ocupação ou expansão urbana



devido a fatores adversos. Como fatores adversos são classificadas àquelas situações em que a Lei Federal 6.766/79 desaconselha o parcelamento do solo urbano.

– **Áreas Não Edificável.** São áreas em que, devido às suas características de ordem institucional, é vedada a edificação de qualquer natureza, sendo exemplos, as áreas pertencentes à faixa de domínio de rodovias federais, estaduais e municipais e áreas de domínio de linhas de transmissão de energia elétrica.

– **Áreas de Amortecimento das Estações de Esgoto.** Corresponde à área situada dentro de um raio de 500 metros das ETE da Sanepar.

– **Área de Amortecimento do aterro sanitário.** Corresponde à área situada dentro de um raio de 1.500 metros da borda do aterro.

– **Área de Preservação Permanente (APP)**

São áreas necessárias para recuperar e/ou manter a qualidade dos mananciais de água, evitar erosões e assoreamentos sendo proibida a ocupação. Na área urbana, nessa categoria estão as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos cursos de água, o Parque dos Pássaros, o Parque das Nações, o Bosque dos Pássaros e as reservas florestais legais.

**1) Área de Preservação Permanente (APP) – cursos e nascentes de água**

Na cidade de Arapongas as APPs-cursos de água referem-se a diversas situações e distâncias dos cursos de água: nos ribeirões Campinho, das Ilhas, Araruva, Bandeirantes do Norte e Três Bocas e nos córregos Mantigueira, Aymorés, Tabapuã, Alegirim, Coqueiral, do Arlindo, do Veado, Criador, Úri, Três Fontes e Tapajós. A menor distância da APP é de 30 metros para cada lado do curso de água. Para as nascentes o raio adotado é de 50 metros.

**2) Área de Preservação Permanente (APP) – Bosque dos Pássaros** (3,85ha – protegido pelo Decreto Municipal nº 125/1999) e Parque dos Pássaros (7,05ha)

**3) Área de Preservação Permanente (APP) – Reservas Florestais Legais,** assim definidas no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

**4) Áreas de Restrições Físico-Naturais.** São consideradas como tais as áreas com declividade de relevo acima de 30%; os terrenos alagadiços, aterrados com material nocivo à saúde ou sujeitas a inundações; e as áreas de afloramentos de rochas. Em Arapongas encontramos áreas do atual aterro sanitário (muito próximo de áreas densamente habitadas) e a pedreira (situada ao lado do aterro sanitário).



### Mapa 29. CIDADE DE ARAPONGAS. SÍNTESE DA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL

(ver o mapa em prancha tamanho A3)

